A LEI DA FICHA LIMPA E SEUS EFEITOS NAS CANDIDATURAS NO BRASIL

Autor(res)

Cintia Batista Pereira
Yara Camilla Castor Martins Do Carmo
Vamberth Soares De Sousa Lima
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto
Felipe De Almeida Campos
Kannandha Nunes Costa

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

A Lei da Ficha Limpa, sancionada em 2010, foi um marco na política brasileira, resultado de uma mobilização popular que visava moralizar o processo eleitoral. Esta lei trouxe significativas mudanças no sistema de inelegibilidade, ampliando as causas que impedem a candidatura de indivíduos condenados em segunda instância por crimes graves. Seu principal objetivo foi impedir a participação de políticos com histórico de corrupção e outros delitos, buscando garantir a integridade do processo democrático. No entanto, a aplicação da lei também suscitou debates sobre sua constitucionalidade e seus efeitos práticos, tanto na exclusão de candidatos quanto na possibilidade de regeneração política. Passados mais de dez anos de sua implementação, faz-se necessário analisar seus impactos concretos nas candidaturas e na qualidade da representação política no Brasil.

Objetivo

Este estudo tem como objetivo analisar os principais efeitos da Lei da Ficha Limpa nas candidaturas políticas brasileiras, observando seu impacto na exclusão de candidatos condenados e na melhoria da qualidade da representação política, além dos desafios e controvérsias sobre sua aplicação.

Material e Métodos

A pesquisa baseia-se em uma análise qualitativa de fontes legislativas, jurisprudenciais e acadêmicas. Foram examinados os textos da Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), julgamentos do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), além de dados estatísticos sobre o número de candidaturas indeferidas com base nessa legislação. Além disso, foram consultados artigos acadêmicos que discutem os efeitos da lei sobre a moralização política e seus impactos eleitorais. A metodologia utilizada incluiu a análise documental e crítica das fontes, buscando compreender as mudanças provocadas pela Lei da Ficha Limpa, tanto no âmbito legal quanto no político.

Resultados e Discussão

Desde sua implementação, a Lei da Ficha Limpa causou um impacto significativo nas candidaturas, barrando centenas de políticos que enfrentavam condenações por crimes graves. Entre os resultados mais notáveis, destaca-se a exclusão de candidatos envolvidos em corrupção, lavagem de dinheiro e abuso de poder. No entanto, críticos argumentam que a lei pode ser utilizada de maneira excessiva, prejudicando políticos que ainda não tiveram suas condenações definitivas ou que enfrentam processos políticos. Além disso, a lei suscitou debates sobre o princípio da presunção de inocência, especialmente no caso de candidaturas bloqueadas antes do trânsito em julgado. Apesar dessas controvérsias, muitos analistas acreditam que a lei contribuiu para uma maior moralização da política brasileira, ainda que seu impacto sobre a renovação política seja limitado.

Conclusão

A Lei da Ficha Limpa representou um avanço no combate à corrupção e na promoção de candidaturas mais éticas no Brasil. No entanto, seus efeitos são limitados pela complexidade do sistema judiciário e pela possibilidade de contestações judiciais. Apesar das controvérsias, a lei continua a ser uma ferramenta importante na busca por uma política mais íntegra e transparente.

Referências

BRASIL. Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010.
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI 4578. Julgamento de 16 de fevereiro de 2012.
CARVALHO, José. A moralidade na política brasileira: A Lei da Ficha Limpa em perspectiva. Revista de Direito Eleitoral, 2020.
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Jurisprudência selecionada: inelegibilidades e a Lei da Ficha Limpa. Brasília: TSE, 2021.